

8 DE NOVEMBRO DE 2016

163ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA, JOOJI HATO, LECI BRANDÃO, CÁSSIO NAVARRO, MARIA LÚCIA AMARY, DELEGADO OLIM e FERNANDO CAPEZ

Secretária: LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a presença, em plenário, de alunos da Universidade Ibirapuera, acompanhados de seus professores e de estagiários desta Casa.

2 - CORONEL CAMILO

Defende a atitude do policial que, trabalhando como motorista do Uber em horário de folga, reagiu a um assalto, baleando três criminosos, que morreram. Rebate as críticas feitas ao policial por diversas pessoas, entre elas, o ouvidor da Polícia Militar, Júlio Neves. Argumenta que o cidadão de bem deve apoiar a Polícia.

3 - LECI BRANDÃO

Discorre sobre projeto de lei, de sua autoria, que proíbe lojas de estipular um valor mínimo para aceitar pagamento com cartão de crédito. Comemora a transformação da matéria em lei. Comenta o caso de cinco jovens, encontrados mortos em Mogi das Cruzes, sem que a autoria do crime tenha sido ainda estabelecida.

4 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

5 - LUIZ CARLOS GONDIM

Menciona emenda ao Orçamento, de sua autoria, que foi erroneamente atribuída ao Governo do Estado em publicação oficial. Pedre que o equívoco seja corrigido. Relata que os estudantes de Biritiba Mirim e Salesópolis tiveram sua participação no Enem prejudicada, porque a concessionária de transporte público da região não operou no domingo, 06/11.

6 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Destaca a importância das emendas parlamentares ao Orçamento. Parabeniza o deputado Luiz Carlos Gondim por sua atuação a favor da Saúde.

7 - LUIZ CARLOS GONDIM

Para comunicação, ressalta que os hospitais beneficiados pela sua emenda são referência.

8 - CARLOS GIANNAZI

Combate as medidas anunciadas pelo prefeito eleito da Capital, João Doria Jr., em entrevista concedida ao programa "Roda Viva". Afirma que o PSDB defende políticas de privatização de espaços públicos e negligência a carreira dos servidores. Assegura que fará oposição à futura administração de João Doria Jr.

9 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Parabeniza o deputado Atila Jacomussi, presente em plenário, pela sua vitória na eleição para a Prefeitura de Mauá.

10 - CORONEL TELHADA

Dá conhecimento da morte de três agentes da Segurança Pública. Comenta caso do policial que reagiu a um assalto que sofreu quando trabalhava como motorista do Uber. Contesta as críticas feitas ao agente por setores da imprensa. Lamenta pelo policial correr o risco de ser punido por trabalhar nas horas vagas.

11 - SEBASTIÃO SANTOS

Opõe-se a lei federal que criou regras, a seu ver injustas, para a aquisição de equipamentos médicos pelas Santas Casas. Relata reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Conselho Tutelar do Estado de São Paulo, em que foram apresentadas demandas dos conselheiros. Defende mudanças na lei que rege a eleição dos integrantes dos conselhos.

12 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

13 - JOOJI HATO

Exibe reportagem acerca de onda de assaltos na Vila Caraguatá, na zona sul de São Paulo. Pede que a Secretaria de Segurança Pública tome providências para coibir a criminalidade. Sugere a instalação de câmeras de segurança pela cidade e a realização de blitz de desarmamento. Fala sobre a importância das emendas parlamentares ao Orçamento.

GRANDE EXPEDIENTE

14 - MARCOS MARTINS

Pelo art. 82, menciona a realização de encontro da Vigilância Sanitária do estado de São Paulo, em Sorocaba, para discutir o combate ao amianto na região. Ressalta que a lei no estado de São Paulo proíbe o uso da substância e, portanto todas as instalações necessitam ser verificadas para se adequar à mesma. Cita julgamento da liminar da indústria do amianto, defendendo a continuidade do uso da substância, que ocorrerá no Supremo Tribunal Federal. Cumprimenta os participantes deste encontro. Crítica a Sabesp pela tubulação de água, antiga e feita de amianto. Lembra a grande quantidade de vazamentos destas tubulações.

15 - MARCOS MARTINS

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h37min.

17 - CÁSSIO NAVARRO

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h38min

18 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, saúde servidores do Ministério Público, presentes nas galerias. Tece comentários sobre demandas da categoria. Cita isenções fiscais concedidas a empresas do agronegócio, frigoríficas, entre outras, o que, a seu ver, tem sido um empecilho para reajustes para o funcionalismo. Apela pela aprovação do PDL 4/15, de sua autoria, que revoga decisão do governador de proibir a nomeação de aprovados em concursos públicos.

19 - MARIA LÚCIA AMARY

Assume a Presidência.

20 - CARLOS GIANNAZI

Solicita a suspensão da sessão por 15 minutos, por acordo de lideranças.

21 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h45min.

22 - DELEGADO OLIM

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h13min. Informa que fora prorrogado por mais três sessões a pauta para oferecimento de emendas à proposta orçamentária para 2017, em referência ao PL 750/16.

23 - RAUL MARCELO

Para comunicação, presta homenagem aos servidores do Ministério Público, presentes nas galerias. Discorre sobre os argumentos do governo estadual para não conceder o reajuste solicitado pelos funcionários daquele órgão.

24 - JOÃO PAULO RILLO

Solicita a suspensão da sessão por três minutos, por acordo de lideranças.

25 - PRESIDENTE DELEGADO OLIM

Defere o pedido e suspende a sessão às 17h16min.

26 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h18min. Presta esclarecimentos ao público presente nas galerias acerca do andamento do PLC 64/15. Convoca sessão extraordinária para hoje, às 19 horas; e uma segunda sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira.

ORDEM DO DIA

27 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Coloca em votação requerimento, do deputado Enio Tatto, de retirada do PL 520/14.

28 - JOÃO PAULO RILLO

Encaminha a votação do requerimento de retirada do PL 520/14, pelo PT.

29 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Reitera considerações sobre o projeto de lei de interesse dos servidores do Ministério Público. Rebate fala do deputado João Paulo Rillo. Ressalta seu tempo de carreira no órgão e se defende com relação às acusações de envolvimento na máfia da merenda. Destaca sua atuação na presidência deste Parlamento.

30 - CAUÉ MACRIS

Para comunicação, tece críticas ao discurso do deputado João Paulo Rillo. Declara apoio à gestão do presidente Fernando Capez, a quem manifesta solidariedade. Destaca o trabalho desenvolvido pelos deputados José Zico Prado e Carlos Giannazi em favor dos servidores do MP.

31 - JOÃO PAULO RILLO

Encaminha a votação do requerimento de retirada do PL 520/14, pela Minoria.

32 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Responde ao discurso do deputado João Paulo Rillo, acerca de acusações de participação de ex-funcionários de seu gabinete na máfia da merenda.

33 - MILTON VIEIRA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

34 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Anota o pedido. Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de retirada do PL 520/14. Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de retirada do PL 175/12. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Carlão Pignatari, de urgência ao PLC 25/16. Coloca em votação e declara aprovado requerimento para a não realização de sessões nos dias 14 e 18/11. Defere o pedido do deputado Milton Vieira. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 09/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária hoje, às 19 horas. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Leci Brandão para, como 1ª Secretária "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - LECI BRANDÃO - PCdoB - Proceder à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.)

Gostaria de dar ciência à Casa dos alunos visitantes. Temos aqui a visita dos alunos da Universidade Ibirapuera da cidade de São Paulo. Sejam bem-vindos! A responsável é a professora Maria Aparecida de Jesus Gomes. A professora não está presente, mas que os alunos sejam bem-vindos.

Temos também a visita dos novos estagiários da Assembleia Legislativa. Sejam bem-vindos, também. Que tenham um trabalho forte aqui na Assembleia, no auxílio aos deputados, na função que os senhores e as senhoras exercerão.

Obrigado a todos.

Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, quero falar de uma manchete que saiu nos jornais de hoje: "Reação de policial que deu três tiros divide opiniões".

Divide mesmo. Sabe qual tipo de opinião divide? Divide a opinião entre o cidadão de bem, aquele que defende a lei, que defende a ordem. E há aqueles outros que defendem os infratores da lei. Vamos comentar mais sobre isso.

Houve uma ocorrência, outro dia, de um policial que reagiu a um assalto. Ele estava sozinho, estava trabalhando com o Uber no seu horário de folga para complementar seu salário. Foi feita uma chamada por uma mulher. Quando ele chegou no local, não era uma mulher, mas três homens. Pediram para ele conduzir até Cidade Líder. Lá, mandaram estacionar o carro e tentaram assaltá-lo.

O vídeo mostra claramente que eles saem, dão a volta, colocam capuz, tentam tirar esse motorista do Uber, que era um policial militar. Ele reage, acaba baleando os três, que, infelizmente, morreram.

Aí, começa toda a polêmica: de um lado o cidadão de bem, do outro lado, os nossos sempre defensores dos infratores da lei. Do lado de cá fala o cidadão de bem, aquele que entende que o policial agiu em legítima defesa - como o secretário de Segurança, Máximo Alves, e como o nosso coronel José Vicente, que entende que ali não havia o que fazer.

Quer dizer, três contra um, num lugar ermo, tentando agredi-lo: ele tinha que reagir, mesmo porque se descobrissem que ele era policial, ele já seria, também, morto. Ninguém quer esse desfecho.

Mas, não podemos fazer o que estão fazendo agora, começar a analisar o vídeo: "Ah, ele devia ter feito isso, ele devia ter feito aquilo, o cara estava no chão, já estava dominado". Quantas vezes, em ocorrência policial, alguém dominado ainda levantou a arma e atirou contra o policial militar?

Então, é muito fácil fazer essa crítica, como tem feito o Sr. Júlio Neves, o nosso ouvidor de polícia. No caso dele, talvez tenha que mudar o cargo para falador. E o Dr. Ariel de Castro, um sempre defensor do infrator da lei.

Que me perdoem, mas não tem como não falar, porque são sempre as mesmas pessoas. Então, pessoal, neste momento, temos que entender, é um momento de emoção, em que o policial está sendo agredido sozinho, não sabe se tem mais gente, se tem outro, se outros vêm para agredi-lo. Três contra um, marginais, infratores da lei, tentaram tirar sua vida. Eles premeditaram isso, levaram-no para um lugar ermo.

Então, realmente, divide opiniões, como se fala nessa reportagem do "G1" de hoje. Divide opiniões entre aqueles que são cidadãos de bem e aqueles que são os infratores da lei. Fica aqui uma questão: de que lado você está? Eu já escolhi o meu: estou do lado do cidadão de bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão, pelo tempo regimental.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Coronel Telhada, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, funcionários desta Casa, quero aproveitar também para parabenizar a presença dos estagiários da nossa Assembleia Legislativa. Saibam que vocês são importantes para qualquer gabinete dessa Casa. Obrigado pela presença de vocês.

Sr. Presidente, todo mundo sabe que eu sempre vivi da minha arte. Graças a Deus eu tive o dom da música e eu aproveitei esse dom. Em 2010, após renunciar a diversos convites, eu me candidatei e fui colocada aqui nesta Casa pelo voto do povo. E aqui estou na maior Assembleia da América Latina, que tem 180 anos de história e algo que considero missão. Nós não estamos aqui à toa e sim para cumprir uma missão; e aceitei esse desafio.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

Tenho procurado cumprir essa missão do jeito mais sincero, honesto e transparente possível.

Elaborei um projeto de lei em 2011, que ganhou o número 752, que veda aos estabelecimentos comerciais a exigência do valor mínimo do cartão de débito ou de crédito. Apesar do CDC já vedar tal prática o texto do código não era expresso. (Código de Defesa do Consumidor)

Todos nós somos consumidores. Portanto, esse projeto é para todos, mas, em especial ele foi pensado para aqueles que recentemente tiveram acesso à possibilidade de terem cartão de crédito e de débito. Hoje, qualquer lugar que você chege, as pessoas oferecem a você um cartão. Mas essas pessoas eram obrigadas a consumir um mínimo, mesmo não precisando.

Para a nossa alegria esse projeto de lei obteve a sanção do governador e virou a Lei nº 16120/2016. Considerando a pesquisa do ICJ Brasil, citada no "O Estado de S. Paulo" - é citada inclusive no "O Estado de S. Paulo" de hoje - indica que 91% dos entrevistados conhecem muito pouco ou ignoram completamente as leis. Estivemos ontem em visita ao Procon, que será o órgão responsável por esta lei ser cumprida. Fiquei muito feliz, muito encantada com a recepção que tive pelos funcionários e pela direção desse órgão de excelência do Estado. Aliás, sei que pesquisas indicam que esse é o segundo órgão público de maior credibilidade do Estado, perdendo apenas para o Corpo de Bombeiros, que também merece todas as nossas homenagens.

Pois bem, nós estivemos na fundação Procon justamente para aprendermos com este órgão e ver como podemos unir forças para que a população do estado de São Paulo possa ganhar.

É um projeto muito simples, mas de interesse popular. Inclusive, foi feita uma matéria pela TV Alesp, e a maioria das pessoas nem sabe que essa lei existe. Portanto, tem muito fornecedor aí que não está aceitando o cartão de crédito do povo. Isso tem que ser respeitado, porque agora é uma lei, graças a Deus.

Quero também aproveitar para explicar para as pessoas que nós não temos absolutamente nada contra a Segurança Pública do Estado São Paulo. Conversei ainda há pouco com o deputado Coronel Telhada, porque aqui nós conversamos, dialogamos, nós fazemos reflexões e falava a respeito desses cinco jovens que estavam sumidos, cujos corpos foram encontrados lá em Mogi das Cruzes. Não podemos vir aqui e cometer leviandade. Não posso chegar aqui e apontar quem matou esses jovens: se foi a Polícia, se foi o tráfico; ninguém sabe quem foi realmente. Acho que as coisas têm que ser apuradas. Mas de qualquer forma nós sentimos muito pelas famílias, porque quem sofre são as mães, são os pais. Os parentes é que ficam chorando, não entendendo o que acontece.

Acho que está na hora de começarmos a olhar um pouco mais pela paz do estado de São Paulo. Chega de tanta tristeza, de tanto genocídio, de tanto assassinato. Ninguém aguenta mais. Acho que as coisas têm que ser apuradas, acho que as autoridades estão tomando as providências. Temos recebido inúmeras ligações para falar sobre isso, sobre quem foi. Eu não estou aqui para apontar ninguém porque eu não sei, tenho que ter as provas, tenho que esperar a decisão das autoridades cabíveis.

Muito obrigada, Sr. Presidente, deputado Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

A nobre deputada Leci Brandão falou dos assassinatos que ocorreram em Mogi das Cruzes, terra de Vossa Excelência, nobre deputado Luiz Carlos Gondim, que é um dos líderes daquela região.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Deputado Jooji, Srs. Deputados, estudantes da Faculdade Ibirapuera, população que nos acompanha pela TV Alesp, Mogi tem 731 quilômetros quadrados, o deputado Coronel Telhada deve conhecer muito bem, e ali é muito mais próximo de Mauá, de Suzano e de Ribeirão Pires que de Mogi, é uma desova. Andar ali é uma coisa bastante estranha.

Ontem, fui assinar uma emenda - o deputado Coronel Telhada e outros deputados estavam comigo. Emenda de autoria do deputado Gondim, aí está lá Governo do Estado, estão lá todas as minhas emendas. Emenda de nº 20150520078, de 190 mil reais. Hoje, saiu no jornal que essa emenda não foi feita pelo deputado Gondim, foi doada pelo Governo do Estado, e publicaram isso. Existe uma diferença muito grande entre mim e o prefeito da cidade.

Nessa emenda de nossa autoria, de 190 mil, existe um erro, que era para Santa Casa comprar aparelhos oxímetros e aparelhos cardiopulmonares para a UTI neonatal da Santa Casa. O Governo pagou. Às 10 horas da noite mandaram uma nota dizendo que essa emenda não pertencia ao deputado Gondim, e sim ao Governo do Estado, ou publicada pela prefeitura de Mogi com maldade, ou um erro. Espero que seja um erro do Sr. Governador, porque se não for ele está entrando em uma briga. Dizem que quando tem uma briga de garrafa em terra de cego você não deve se meter no meio porque você vai levar uma também. Briga de pedra e de garrafa não devemos nos meter no meio.

Pagaram essa emenda, assinei ontem. Como testemunha do pagamento da emenda, tem uma foto nossa assinando, mas saiu como se fosse do governador. Parabéns ao governador. Se ele puder passar outra emenda dessa, de 190 mil, para comprar esses aparelhos da UTI neonatal eu vou ficar muito agradecido, porque a população é que precisa.

Não se deve entrar em uma briga dessa entre o deputado e o prefeito da cidade. Aliás, é uma briga inútil, porque todas as emendas que eu tenho são justamente para as Santas Casas, para a Apea, para entidades sociais, já faz parte do meu trabalho. Está aí a comprovação. O deputado Coronel Telhada e mais, pelo menos, 20 deputados estavam lá presentes. Nós recebemos essa emenda. Espero que o Governo, se for dele, embora esteja como autoria do deputado Gondim, mande outra de 190 para eu comprar esses aparelhos de UTI neonatal para a Santa Casa de Mogi, que faz partes de risco.

No domingo passado, tivemos o exame do Enem. Os estudantes de Biritiba e Salesópolis ficaram sem ônibus porque a empresa Radial Transportes, em transição com a empresa CS Brasil, não operou no domingo. Aqueles que puderam pagar 150 reais pelo taxi fizeram o exame, os que não puderam, foram prejudicados.

De quem é a culpa? Da CS Brasil? Da Radial Transportes? Da EMTU?

Vejam que desrespeito a esses estudantes que querem entrar em uma universidade e se veem prejudicados: primeiro, por uma empresa que deixou de fazer o transporte, a CS Brasil; segundo, porque simplesmente a outra empresa não circulou no domingo.

Quantos estudantes não foram prejudicados!

"Nesse sentido, quero registrar nossa solidariedade aos alunos de Salesópolis e Biritiba Mirim, que tiveram dificuldades para fazer o Enem no domingo por falta de ônibus para se locomoverem até Mogi, onde foram realizadas as provas.

Não havia ônibus porque a Radial Transportes, empresa que assumiu as linhas no lugar da CS Brasil, decidiu fazer a transição operacional nesse dia e não conseguiu manter o atendimento na região. As duas empresas de ônibus integram o Consórcio Unileste.

O drama começou na manhã do domingo, quando dezenas de estudantes se dirigiram para os pontos de ônibus com destino a Mogi para fazer as provas às 13 horas.

Eles começaram a chegar aos pontos de ônibus por volta das oito horas e depois de duas horas começaram a ficar "desesperados" com o atraso. Só depois foram informados de que não havia ônibus circulando desde cedo.

Os estudantes tiveram que recorrer aos familiares, amigos e professores. Alguns se sujeitaram a pagar R\$ 150,00 para fazer o trajeto de táxi. Outros se aventuraram a pegar carona na estrada para conseguir chegar a tempo nas escolas onde as provas estavam acontecendo. Mas, mesmo assim tivemos informação de que vários estudantes perderam a oportunidade de fazer essa prova, que poderia ajudá-los a conseguir descontos e bolsa nas universidades.

Isso não poderia ter acontecido em um dia tão importante para os alunos. Muitos deles foram prejudicados e as empresas precisam ser responsabilizadas pelo ocorrido. Por isso vamos cobrar uma posição da empresa Radial Transportes, que está assumindo as linhas, bem como da CS Brasil e da EMTU.

Houve muitos protestos nas redes sociais, com postagens e vídeos de estudantes falando sobre o problema.

A empresa, encaminhou nota para os jornais lamentando o ocorrido e explicou que a transição ocorreu na madrugada e que teve problemas operacionais com frota e mão de obra. Mas, deveria ter sido mais cuidadosa na escolha da data para fazer a transição e evitar consequências que tanto impactaram nesses estudantes, o dia do Enem.

Na segunda-feira (7), a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (EMTU) multou a empresa Radial Transportes por causa desse episódio, mas quem vai arcar com os prejuízos que tiveram os estudantes? Como fazer para reparar esses problemas e as consequências para esses jovens que se prepararam durante o ano inteiro e não conseguiram chegar ao local da prova?

A Radial assumiu, no final de outubro, as 35 linhas intermunicipais que atendem a região do Alto Tietê, até então controladas pela concessionária CS Brasil, do grupo JSL.

Para poder fazer o trabalho e evitar transtornos, a Radial fechou acordo para poder usar cerca de 100 ônibus e 400 funcionários em regime de comodato até o fim do prazo de prorrogação de contrato entre o Consórcio Unileste e a EMTU.

A CS Brasil, concessionária de Mogi das Cruzes, abriu mão da operação, após fim do contrato. Alegou simplesmente que não tem interesse em atuar na prorrogação do contrato, que venceu no último dia 29 de setembro. Há comentários ainda de que as linhas não estavam dando lucro.

O contrato entre a Unileste e a EMTU acabou no final de setembro, mas teve uma prorrogação até a metade do ano que vem.

O objetivo é garantir a operação das linhas até que seja realizada nova licitação, que tem a publicação do edital prevista para janeiro de 2017. A duração do próximo contrato de consórcio será de 15 anos."

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Nobre deputado Luiz Carlos Gondim, as emendas parlamentares dos deputados são extremamente importantes, mas quero parabenizar V. Exa., em especial, porque a sua emenda é voltada para a área da Saúde, tão desaparelhada nos dias de hoje.

Esta Presidência, em nome de todos os deputados, parabeniza V. Exa. por esta emenda à Santa Casa de Mogi das Cruzes, que tanto necessita desse equipamento. Aliás, não é a Santa Casa, mas a população, que vive o drama do pior atendimento médico-hospitalar registrado na história deste País. Não importa se foi V. Exa. ou o governador do Estado. Importa que V. Exa. conseguiu essa emenda.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - PARA COMUNICAÇÃO - São dois hospitais referência para partos de risco, a Santa Casa de Suzano e a Santa Casa de Mogi, e veja o absurdo: entrar numa briga para saber de quem é a emenda.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Essa briga não interessa a ninguém. Interessa é que a emenda chegue às Santas Casas, aos hospitais e ajude à população, que está tão carente.

Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia SP, público presente, quero comentar a entrevista de ontem no Roda Viva, da TV Cultura, do prefeito eleito João Doria. Ao mesmo tempo em que ficamos perplexos, mais dispostos ficamos em organizar um grande movimento aqui em São Paulo contra as medidas que ele anunciou.

O prefeito eleito nem assumiu - filhote que é do governador Geraldo Alckmin, o empresário, o privatista - já anunciou que vai terceirizar tudo, vai privatizar tudo, praticamente vai vender a cidade de São Paulo. Ele pensa que está em uma empresa, não entende que existe uma diferença entre administração pública e administração privada. Mas o que mais nos deixou horrorizados foi o anúncio de que ele não dará reajuste salarial para os servidores municipais no ano que vem. Ou seja, ele nem assumiu e já anunciou que vai arrochar o salário dos professores, dos médicos, enfim, de todos os servidores da prefeitura de São Paulo, que já estão com os salários defasados e archochados. Em 2017, ele não vai dar nem o reajuste, nem a reposição das perdas inflacionárias. Foi o que ele disse ontem na entrevista no programa "Roda Viva".

Já sabíamos disso, porque João Doria é Geraldo Alckmin. É só entender o que Geraldo Alckmin e o PSDB estão fazendo no estado de São Paulo há muitos anos: a degradação de todas as carreiras dos nossos servidores, sobretudo os da Educação, Saúde e Fundação Casa. Tivemos uma audiência pública aqui, na qual ouvimos relatos tenebrosos da situação dos servidores da Segurança Pública e do sistema prisional. Hoje, todas as carreiras no estado de São Paulo estão praticamente destruídas pelas políticas danosas do PSDB e, sobretudo, do governador Geraldo Alckmin, que não reajusta os salários e não faz a reposição mínima das perdas inflacionárias, violando a lei da data-base salarial e o Art. 37 da Constituição Federal.

E João Doria vai seguir a mesma linha, ou talvez até uma pior, porque a visão dele é extremamente privatista. Ele é um empresário, uma pessoa que vem do andar de cima da sociedade; ele vem da casa grande e tem uma visão extremamente elitista da nossa sociedade. Agora, haverá luta, logicamente, porque as associações, os sindicatos e a população vão reagir a isso. Já não temos espaços públicos. Ele disse que vai privatizar todos os parques, imitando o que fez o governador Geraldo Alckmin, que neste ano privatizou todos os parques estaduais, florestas e cavernas. Até as aldeias indígenas e comunidades quilombolas dentro